



**Intervenção do Ministro da Administração Interna na sessão comemorativa  
do Dia da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil**

**Carnaxide, 6 de abril de 2021**

Sr. Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil,  
Srs. responsáveis máximos pelas instituições de Estado que são parceiras neste grande desafio que é o Sistema Nacional de Emergência e Proteção Civil,  
Sra. Deputada,  
Sra. Embaixadora de Espanha,  
Sr. Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses  
A todos aqueles que trabalham nas estruturas centrais, regionais, distritais e locais da ANEPC

Hesitámos sobre a realização e o modelo desta cerimónia, mas ela é, em si própria, um sinal de esperança em tempos de incerteza. Um sinal de esperança no ano, provavelmente, mais difícil das nossas vidas. No ano em que Portugal, a Europa e o mundo se viram confrontados com o lado negro da globalização. Nunca a circulação teve um efeito tão demolidor sobre a nossa mudança de vida.

Recordo o dia 28 de fevereiro, no primeiro andar deste edifício, em que tivemos uma primeira reunião com a Sra. Ministra da Saúde e com a Sra. Diretora Geral de Saúde, para programação da resposta ao desafio da pandemia, ainda antes da verificação do primeiro caso em Portugal, ocorrido a 2 de março de 2020. Desde então, de facto, a forma mais simples de sintetizar o que aconteceu é dizer que as nossas vidas mudaram. E mudaram de uma forma muito especial

também no quadro das respostas institucionais, quer em períodos de estados de emergência quer quando a Lei de Bases da Proteção Civil se tornou no instrumento jurídico fundamental, nos seus mecanismos de alerta, de contingência e de calamidade, para a resposta a este ano tão especial.

A minha primeira palavra é, por isso, de profundo reconhecimento àqueles que estão diretamente ligados à ANEPC mas também a todo o sistema nacional de proteção civil que é muito mais, como sabemos, que as centenas de colaboradores diretos da ANEPC. Envolve todos aqueles que, nos corpos de bombeiros, nas forças e serviços de segurança, nas forças armadas, em instituições de variadíssimas áreas governativas, nas autarquias locais, são parceiros numa resposta a desafios múltiplos. E de facto, se o desafio da resposta aos incêndios rurais é aquele que maior visibilidade, por vezes por razões trágicas, assume na resposta da Autoridade, eu queria aqui dar uma palavra muito especial àqueles que, em toda esta estrutura, em mais de uma centena de reuniões da subcomissão de proteção civil, responderam àquilo que é uma troca de preocupações e, sobretudo, de respostas operacionais que envolveram todos.

E foi por isso que, no quadro da esperança da vacinação, foi dada prioridade aos bombeiros, no âmbito das funções essenciais de Estado, logo a seguir aos profissionais de saúde. Tiveram uma vacinação muito significativa em fevereiro e março, na próxima semana, a conclusão do processo de vacinação de todos aqueles que integram a estrutura operacional, de modo a que essa garantia de segurança adicional esteja à sua disposição quando vamos entrar no momento em que há uma maior visibilidade da resposta que é dada pelo sistema de proteção civil.

A pandemia não afetou aquela que é toda a resposta que, no plano operacional, tem que ser dada pelo sistema e que foi aqui sintetizada na intervenção do senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Naquilo que é a dimensão com maior visibilidade nacional - a resposta aos incêndios rurais - as alterações introduzidas no sistema desde 2017 estão a ter

resultados. Sobretudo o sentimento de trabalho em rede, a aposta numa relação que responsabiliza e dá visibilidade àquilo que é uma atividade concertada nas suas várias componentes. Mas também a importância dada à prevenção, à limpeza da floresta, à alteração das verdadeiras condições estruturais, a atenção dada à preparação e às dimensões de vigilância e de fiscalização.

E é importante lembrar que, naquele que é o momento em que, qual guarda-redes no momento de angústia do penalti, quando somos confrontados num momento difícil em que já tudo falhou, só o bombeiro lá está no terreno, em zonas isoladas, em zonas difíceis, combatendo o terrível inimigo. E, pelo terceiro ano consecutivo, foi cumprido o objetivo estratégico de conseguir não ter qualquer vítima civil no combate a incêndios rurais. Foi conseguido o objetivo de redução em 50% das ocorrências - que ainda são muito mais do que gostaríamos -, e de redução de 51% da área ardida. E, por isso, deixo aqui o meu testemunho de reconhecimento, em nome do Governo e julgo que em nome de todos os portugueses, aos heróis bombeiros, ao herói piloto que perdeu a vida no combate. De Oliveira de Frades a Castro Verde, em vários pontos do território nacional, tivemos homens que perderam a vida dando-a ao próximo, à segurança, no quadro de um combate difícil.

É por isso que é tão importante a dimensão de reforço do sistema que tem vindo a ser conseguido. O alargamento das equipas de intervenção permanente, os apoios à estrutura de bombeiros voluntários, o início da concretização de um modelo de Comandos Regionais, com estrutura própria, que foi a base, já no quadro da pandemia, da estrutura de Secretários de Estado com funções de coordenação regional, definida pelo Governo na resposta à pandemia. Quando foi necessário encontrar onde estaria a base operacional para o funcionamento desses cinco Secretários de Estado regionais, foi a Proteção Civil identificada como a natural base para a localização dessas atividades. Porto, Viseu, Almeirim, Évora e Loulé foram as bases para a estrutura que permitiu coordenar essa resposta de base regional.

E por isso também é tão importante que no Conselho de Ministros de 4 de março, presidido por Sua Excelência o Presidente da República, assinalando o último Conselho de Ministros do seu primeiro mandato, tenha sido possível aprovar um conjunto de decisões importantes para a resposta da área da Proteção Civil - na criação de uma reserva estratégica nacional de Proteção Civil, ao início do debate público da Estratégia Nacional de Proteção Civil Preventiva, à reforma do modelo da Escola Nacional de Bombeiros, envolvendo a Liga dos Bombeiros Portugueses. A partir de uma tradição e de uma experiência de que nos orgulhamos, queremos alargar, reforçar, fazer mais e melhor, dotando-a de uma estrutura de qualificação profissional e de certificação que permita a atribuição de graus na área da Segurança e da Proteção Civil, que sejam prestados, que estejam à disposição do sistema, de todas as suas entidades e de entidades públicas e privadas que tenham necessidade de formação nessa área.

Saúdo o novo presidente da Escola Nacional de Bombeiros, ontem empossado, que só circunstâncias infelizes de outra natureza me impediram de testemunhar o seu início de funções, desejando as melhores felicidades à nova equipa.

Foi possível também concluir, nesse Conselho de Ministros de 4 de março, o processo que vem dar estabilidade aos cerca de 600 homens e mulheres que um pouco por todo o país, quer na Força Especial de Proteção Civil, quer nas estruturas de salas de situação e salas de comando, têm contribuído decisivamente para a segurança dos portugueses ao longo destes anos. A sua incorporação nos quadros - com estabilidade, com respeito pelo seu percurso profissional - é essencial.

Por isso, neste ano tão difícil, o ano mais difícil das nossas vidas coletivas, temos de olhar para o futuro. Um futuro de cooperação, de que o Mecanismo Europeu de Proteção Civil é um sinal desta esperança de solidariedade europeia, independentemente da cooperação bilateral que temos,

designadamente com os nossos amigos e vizinhos espanhóis nesta Península que partilhamos e em que nunca faltamos no nosso apoio recíproco. Mas numa dimensão europeia, quer na resposta a eventos na Europa quer na resposta a eventos de dimensão global, como foi a participação que tivemos na resposta ao ciclone na região da Beira, em Moçambique.

Mas também aquilo que é a utilização do Programa de Recuperação e Resiliência, como instrumento financeiro para o reforço da capacitação da Proteção Civil, capacitação da sua estrutura operacional, capacitação da resposta aos desafios da floresta, capacitação em dar instrumentos de modernização aos Corpos de Bombeiros e a toda a estrutura operacional.

Estamos num ano que será particularmente exigente, por múltiplas razões, um ano em que as dificuldades que a pandemia suscita nos obrigam a ser determinados no investimento, na prevenção, no estabelecimento de mecanismos de garantia de segurança, na preparação das populações, mas em que estaremos com mecanismos adicionais que estão a ser concluídos, prontos para este combate.

É com base nesta experiência de 14 anos de ANEPC, mas sobretudo com esta experiência que neste ano nos fortaleceu, nos tornou mais resilientes, nos tornou mais coesos, mais determinados, que com esperança, com o reconhecimento que os portugueses têm nesta grande família da Proteção Civil, que cá estaremos prontos para os desafios do futuro. Muito obrigado.